

Matérias do SIMPEP

SIMPEP alerta para os impactos da proibição da sacola plástica

No dia 17 de maio, a Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou o Projeto de Lei 496/2007, que dispõe sobre a proibição da distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas aos consumidores em todos os estabelecimentos comerciais da capital. O SIMPEP – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Paraná – ressalta a importância do plástico na contemporaneidade e da necessidade de implantação de políticas de reciclagem adequadas ao perfil do homem moderno.

Para evitar contaminações, os órgãos de saúde do país recomendam que o lixo seja devidamente embalado com o plástico. Sendo assim, uma pesquisa do Ibope confirma que 100% das sacolas plásticas são reutilizadas como saco de lixo pela população brasileira. O SIMPEP destaca que a proibição apenas vai forçar o consumidor a comprar sacos de lixo, um custo a mais para milhares de famílias que muitas vezes já sofrem para manter seu orçamento. As características da sacola plástica confirmam a diversidade de maneiras de utilização pela população. Por elas serem econômicas, duráveis, resistentes, práticas, higiênicas e inertes, a pesquisa do Ibope ainda comprova que 71% das donas de casa consideram a sacolinhas de plástico como o meio ideal para transportar suas compras.

Como as sacolas são 100% recicláveis e reutilizáveis, a proibição é, para o SIMPEP, uma alternativa inconsistente e arcaica, já que os meios de reciclagem e de preservação ambiental devem evoluir com as novas tecnologias. Ainda segundo o Sindicato, o problema está no desperdício e no descarte incorreto, que podem ser solucionados com projetos de orientação e de conscientização, além da responsabilidade compartilhada entre a indústria, o varejo, a população e o governo.

Quem vai sofrer o impacto da proibição não será somente a população, que terá uma despesa extra com sacos de lixo, mas também os 6 mil funcionários da cadeia produtiva das sacolas plásticas de São Paulo, que poderão perder seus empregos.

Todas as instituições ligadas ao setor defendem o uso das sacolas plásticas, porém destacam que devem ser fabricadas com a qualidade exigida pela Norma ABNT NBR-14937, porque uma sacola mais resistente inibe a prática de colocar uma sacola dentro da outra para transportar os produtos pesados, além de poderem ser usadas mais vezes.

Sacolas mais resistentes são a base do Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas, desenvolvido pela Plastivida, INP (Instituto Nacional do Plástico) e a ABIEF (Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis) para envolver indústria, varejo e população na questão da melhoria na qualidade das sacolas e nas boas práticas de uso e descarte dessas embalagens para evitar o desperdício.

Este projeto tem como meta reduzir em 30% o uso das sacolas plásticas até 2012.

Fonte: [Portal Pingado](#), Jornal Indústria & Comércio, [Portal CN10](#), [Portal Paranashop](#), [Portal Sacolas e Sacos](#), [Portal Jornale](#), [Portal Folha Metro](#).

Matérias do Setor

Braskem tem maior nível de exportação do ano em abril

A Braskem encerrou abril com exportações de US\$ 218,426 milhões (preço FOB), o melhor resultado da companhia neste ano. Em relação a março, mês no qual a petroquímica ainda enfrentava desabastecimento pontual de produtos por conta do apagão que atingiu o polo de Camaçari (BA) em fevereiro, o resultado representa alta de 24,4%. O desempenho de abril também é o melhor desde agosto do ano passado, quando as vendas somaram US\$ 231,663 milhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho da companhia reflete a melhoria da demanda por produtos petroquímicos no mercado externo e, principalmente, o forte aumento dos preços da cadeia, influenciado pela alta do petróleo. Conforme divulgado pela Braskem, há menos de duas semanas, o preço das resinas ao longo do primeiro trimestre cresceu 7% em relação aos três últimos meses do ano passado. Já os preços de petroquímicos básicos como eteno e propeno tiveram alta de quase 30% em igual período. A despeito desses números, o total exportado pela Braskem em abril foi 5,91% inferior ao registrado pela companhia no mesmo período do ano passado. Na oportunidade, a petroquímica registrou desempenho acima do normal, com exportações de US\$ 232,151 milhões, o melhor desempenho, de todo o ano de 2010. No acumulado dos 4 primeiros meses deste ano, a Braskem totalizou exportações de US\$ 759,885 milhões, retração de 4,97% em relação a igual intervalo de 2010. A Braskem ocupa a 11ª posição entre as maiores exportadoras do País, atrás de Vale, Petrobras, Bunge, Cargill, Samarco, Embraer, ADM do Brasil, JBS, Sadia e Shell.

Fonte: Agência Estado.

HP atinge a marca de 1 bilhão de cartuchos de tinta produzidos com plástico reciclado

A HP acaba de anunciar que alcançou a marca de 1 bilhão de cartuchos de tinta fabricados com o uso de plásticos reciclados. A meta atingida é resultado de trabalho contínuo no desenvolvimento de programas de reciclagem e reinserção de matéria prima. Neste processo, apenas para 2011, a empresa definiu algumas metas significativas como reduzir em 50% a quantidade de papel e plástico usados nas embalagens de impressoras HP e utilizar 45 mil toneladas de plástico reciclado na fabricação de novos produtos de impressão HP, entre outros. A preocupação da HP com o processo de reciclagem de cartucho de tinta é antiga e se reflete na tomada de decisões importantes. Em 2008, a HP anunciou sua primeira indústria com processo de reciclagem de cartucho de tinta, em Montreal, no Canadá. Por meio deste processo, a companhia pode produzir novos cartuchos de tinta usando tanto os produtos originais da marca quanto fontes como garrafas PET recicladas. Já em fevereiro de 2009, a HP Brasil iniciou as operações de seu próprio Centro de Reciclagem de Cartuchos, o primeiro da América Latina. Ele está localizado em Sorocaba, São Paulo, e tem capacidade para receber mais de mil toneladas/ano de cartuchos. Além da marca recém-conquistada, só para reciclagem de tinta, a HP registra resultados significativos que também merecem destaque como a redução de 22% na pegada de carbono com relação ao plástico virgem, a diminuição de 69% no uso de água no processo de fabricação de cartuchos de tinta com relação ao plástico virgem, e assim manter cerca de 1,3 bilhões de garrafas de plástico adicionados à composição desta matéria prima e 160 milhões de cartuchos de tinta HP fora dos aterros.

Fonte: Portal Fator Brasil.

Carpete automotivo à base de reciclagem de PET

A líder global do segmento de entretelas, a Freudenberg Nonwovens, marcou presença na maior feira internacional do setor, a Index 2011, realizada em Genebra, na Suíça, em abril, onde recebeu o Troféu de Inovação e Sustentabilidade pelo desenvolvimento da Lutrafor®, uma nova geração de tapetes automotivos. Trata-se de um carpete de carros feito a partir de fibras recicláveis de garrafa PET, com uma aparência de luxo e à alta resistência. Sobre as vantagens da Lutrafor® para a indústria automobilística, vale citar redução de custo, peso, desempenho, além de ser uma solução sustentável.

Fonte: redação do Leia!

“Banir a sacolinha não vai tornar o Brasil uma potência verde”

Para o presidente da Plastivida, Miguel Bahiense, o grande vilão ambiental do país é o desperdício, associado a um sistema de coleta seletiva que deixa muito a desejar.

A sacolinha plástica está no banco dos réus. Na semana passada, São Paulo, a maior capital brasileira, proibiu a distribuição da embalagem pelo comércio. Em março, Belo Horizonte já havia aprovado uma lei semelhante. O movimento é endossado por argumentos ambientalistas contrários aos efeitos supostamente negativos que a sacolinha teria sobre a natureza – entre eles, o fato de ser feita com uma resina do petróleo e demorar até quatro séculos para se decompor.

Mas há controvérsias. “A Ciência já comprovou que a sacolinha de plástico é sustentável e faz bem para o meio ambiente”, defende Miguel Bahiense, presidente da Plastivida e do Instituto Nacional do Plástico (INP). Engenheiro químico por formação, ele tem se posicionado contra o banimento e em favor do consumo responsável das sacolinhas.

Em entrevista à EXAME.com, Bahiense diz que o problema ambiental do Brasil chama-se desperdício, que a lei da sacolinha não tem nada de ‘verde’ e que alternativas como o plástico biodegradável, feito de milho, estão longe de ser a solução. Confira.

EXAME.com – Nos últimos anos, a sacolinha virou um vilão ambiental. Como o setor de plástico tem acompanhado essa questão?

Miguel Bahiense – Nós entendemos que o problema não é do produto em si, mas do desperdício. Há muito tempo, as sacolinhas eram fabricadas com uma espessura que suportava de 6 a 7kg. Até que, na tentativa de reduzir os custos de produção para a indústria e baratear a compra pelo comércio, ela foi ficando mais fina e frágil. Com o tempo, o consumidor começou a colocar uma sacola dentro da outra para reforçar. Aí surgiu um negócio que não existia: o desperdício. Chegamos a um momento em que a profusão de sacola era tamanha que começou a chamar muita atenção. Sem um destino certo, um plástico descartado em um rio, não afunda, ele boia e fica bem visível. A partir daí o discurso ambiental contra sacolinha ganhou força.

EXAME.com – A Plastivida esteve à frente de um campanha pela redução do uso de sacolinhas em 2008. Não é contraditório que o setor estimule o uso consciente? Afinal, para o fabricante é interessante vender sempre mais...

Miguel Bahiense – Quando o programa foi implementado, havia um aumento crescente da opinião pública sobre o que se via no mercado. A indústria enxergou esse problema e pensou: ‘ou a gente passa a trabalhar de forma correta ou o nosso negócio vai acabar, porque a cobrança ambiental é crescente’. Através do INP, reavaliamos a norma técnica para fabricação de sacolas de forma que ela tivesse uma resistência maior.

Em paralelo começamos a educar os fabricantes para que produzissem sacolas dentro da norma. Aos varejistas, mostramos que se optassem por um produto de qualidade, eles ajudariam a reduzir o desperdício. O resultado foi significativo. Em 2008, eram fabricadas 17,9 bilhões de sacolas. Em 2010, foram 13,9 bilhões. A estimativa até o final de 2011 é reduzir em mais 700 milhões de sacolas.

EXAME.com – Restringir o uso da sacolinha por lei não ajuda a solucionar o problema do desperdício?

Miguel Bahiense – A lei da sacolinha não tem nada de sustentável. Sustentabilidade é um tripé, que só se mantém se os três pilares (o econômico, o social e o ambiental) forem atuantes. Leis como a de São Paulo não atendem à nenhum deles. Do ponto de vista ambiental, os estudos mostram que a sacola não é o problema, ela, ao contrário tem o melhor desempenho ambiental quando comparada a outras alternativas.

Segundo um estudo inglês, de nove categorias ambientais avaliadas, a sacolinha teve o melhor desempenho em oito delas. E em segundo lugar, ficaram as ecobags de plástico. Então o plástico se mostrou um produto essencial do ponto de vista ambiental.

EXAME.com – O Brasil sediou a ECO-92, ano que vem teremos a conferência do clima, a RIO+20, e em paralelo há uma política nacional de resíduos sólidos sendo implementada. Será que o banimento das sacolinhas não iria acontecer mais cedo ou mais tarde num país que quer se tornar uma potência ambiental?

Miguel Bahiense – Banir a sacolinha não vai tornar o Brasil uma potência verde. É muito fácil culpar algo específico do que olhar o próprio umbigo e reconhecer a sua parcela de culpa no problema. De um lado, a indústria errou por ter fabricado o que o supermercado pedia – uma

sacola sem qualidade, mas barata para o cliente e de baixo custo de produção. Do outro lado, o varejo agiu errado ao demandar uma sacola fora da norma.

E acima disso tudo, tem o poder público incapaz de reconhecer as suas falhas, de não oferecer uma simples coleta de lixo eficiente, muito menos uma coleta seletiva eficaz em todo país. Apenas 4% dos municípios têm algum tipo de coleta seletiva. Como você espera que um produto – seja ele saco plástico, copo, garrafa de vidro – seja reciclado por aqui? Hoje, apenas 20% do plástico produzido no Brasil é reciclado. Temos uma indústria de reciclagem ociosa.

EXAME.com – Afinal, qual a parcela de culpa das sacolinhas plásticas na questão ambiental? Considerando que ela vem de uma resina feita de petróleo e demora quase 400 anos para desaparecer...

Miguel Bahiense – Mas que bom que ela demora todo esse tempo. Que ótimo. Tudo o que é fabricado traz um impacto ambiental, tem uma pegada de carbono. Quando eu produzo uma sacolinha, o carbono do petróleo virou um produto e esse produto não se degrada, porque o carbono está aprisionado ali, ou seja, ele não contribui em absolutamente nada para o problema do efeito estufa. Sobre a origem fóssil, apenas 4% de todo o petróleo extraído do mundo é aplicado na produção de plásticos.

Aliás, essa é a aplicação mais inteligente do petróleo que existe, pra fazer plástico. Pior são os 88% de petróleo extraídos do mundo e usados para calefação em países frios e no transporte. Essas são as aplicações mais estúpidas do petróleo, porque extrai o carbono da terra, e durante a queima, emite o carbono para a atmosfera.

EXAME.com – Agora há outros tipos de plástico, considerados mais sustentáveis, como o de milho, o verde de cana-de-açúcar, o oxidegradável... Qual o de menor impacto ambiental?

Miguel Bahiense – O plástico comum tem como matéria-prima o petróleo, não renovável. O de cana de açúcar tem, ao final de sua vida, as mesmas características do plástico comum, mas sua origem é renovável. Esse saco tem ainda uma característica curiosa, enquanto a cana tá crescendo ela está tirando CO2 da atmosfera, ela tem uma contribuição ambiental importante do ponto de vista da pegada ambiental. Mas ainda trata-se de um produto novo, com tecnologia em desenvolvimento e de custo elevado.

Já o oxidegradável é um plástico de petróleo ou de cana que recebe um aditivo que acelera o processo de degradação. O plástico biodegradável, de milho, por exemplo, tem esse processo de retirada de carbono, mas em determinado momento se a biodegradação ocorre ele emite o carbono, coisa que não acontece nos outros dois.

EXAME.com – Quer dizer que o saco comum é melhor que o biodegradável?

Miguel Bahiense – Hoje a ciência mostra que um plástico biodegradável tem um desempenho ambiental muito pior que o de petróleo, o que parece um absurdo, mas é verdade. Vejamos o saco biodegradável feito de amido de milho, matéria-prima renovável e que demora 180 dias para se decompor. De fato, temos uma melhora significativa na mudança de fonte. Mas essa sacolinha também emite gás, CO2 ou metano, dependendo do meio.

Mas num aterro sanitário não existem condições pra que a biodegradação aconteça, seria preciso uma usina de compostagem pra fazer isso. Imagine se 70% do volume de lixo gerado em São Paulo, de 11 mil toneladas/ dia, fosse biodegradado todo dia. Seria tão nocivo para a questão do aquecimento global, como a emissão de gás metano pela população mundial de vacas.

EXAME.com – O senhor usa Ecobag?

Miguel Bahiense – Eu não tenho ecobag porque sei que é pior. A sacola comum, fabricada dentro da norma, é melhor que uma ecobag de pano. Eu gostaria que as pessoas tivessem o mesmo nível de entendimento que tenho pra entender isso. Sem a sacola comum, a segunda melhor opção é a ecobag de plástico, e se eu não tiver nenhuma dessas duas, realmente não sei qual a melhor opção. Não é porque sou presidente de uma entidade que defende a sacola. É porque tenho a informação de que essa é a melhor opção do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Veja bem, dependendo de como for usada a sacola plástica também pode ser considerada uma ecobag, que nada mais é do que uma sacola reutilizável, que você usa várias vezes. Se

eu tenho uma sacola plástica com qualidade que aguante 6kg, será que a sacolinha plástica, hoje vista como vilã, não viraria uma ecobag, não seria retornável?

Fonte: Entrevista publicada no portal Exame.com em 24/05/2011.

Produção de PVC pela Braskem continua após dois acidentes em AL

A Braskem já deixou de fabricar pelo menos 4,5 mil toneladas de dicloreto (DCE) - matéria prima para a fabricação de PVC - e 3,75 mil toneladas de soda cáustica desde sábado, quando ocorreu o vazamento de cloro em sua fábrica de Maceió (AL). Apesar disso a produção de PVC continua. Essa é a estimativa da empresa, que registrou um novo acidente na unidade em que ocorreu o vazamento de cloro na noite de sábado. A Braskem, que recentemente anunciou um investimento para elevar em 90 mil toneladas a produção de PVC em Alagoas fabricava 1,5 mil toneladas do DCE e 1,250 mil toneladas de soda ao dia.

De acordo com o diretor de Relações Institucionais da Braskem, Marcelo Lyra, apesar da interrupção das operações da produção do insumo do PVC, a fábrica da resina utilizada principalmente para a produção de tubos para a construção civil está garantida. "As operações da unidade Marechal Deodoro continuam. Neste momento utilizaremos nosso estoque de DCE, e se houver a necessidade de adquirir o insumo, faremos isso para manter nossas atividades", afirmou ele.

Quanto à unidade parada, Lyra afirmou que não há previsão de retorno às atividades. "Há todo um processo que deverá ser realizado que envolve investigação das causas dos acidentes. A fábrica ficará parada até que tenhamos o conhecimento do que ocasionou os dois acidentes e que realizemos o reparo da unidade", disse Lyra.

Esses acidentes deverão elevar ainda mais o déficit setorial. De acordo com os últimos dados da Associação Brasileira da Indústria de Álcis, Cloro e Derivados (Abiclor), somente no primeiro trimestre do ano, a produção de cloro teve uma variação negativa de 14,3% em comparação com igual período de 2010. Na média do período, a taxa de utilização da capacidade instalada foi de 77,3%, 15% menor que a média de 2010.

Com relação à soda cáustica, a produção acumulada de janeiro a março de 2011 foi 15,2% menor do que em igual período de 2010. O consumo aparente de soda apresentou elevação de 1%. No período janeiro a março foram importadas 299 mil toneladas do produto, 23,7% a mais do que em 2010.

Explicações

O Ministério Público Federal em Alagoas instaurou hoje procedimento administrativo para apurar o vazamento de cloro registrado na unidade industrial da Braskem. O objetivo é avaliar o risco à população local e as responsabilidades pelo ocorrido. A empresa terá cinco dias úteis, após o recebimento do comunicado oficial, para se manifestar sobre o ocorrido. A Braskem possui 460 mil toneladas de capacidade instalada para a produção soda cáustica e 600 mil toneladas para a fabricação de DCE, ao ano.

Fonte: DCI

Fim da sacola vai custar caro no RS

A Associação Gaúcha de Supermercados (Agas) resolveu aprofundar o debate sobre o uso de sacolas plásticas no varejo. Além de encomendar pesquisa sobre a percepção dos consumidores, a entidade promoverá, em junho, um fórum sobre o tema. O presidente da Agas, Antônio Cesa Longo, acredita que a extinção das sacolas, significaria apenas a troca de cor do saco de lixo, de branco para preto. "Com o fim da distribuição gratuita, cada família seria onerada em R\$ 15,00 mensais, em média, para a compra das embalagens de destino do seu lixo", calcula Longo, ressaltando que a sacola plástica só causa dano se houver uso irresponsável.

Fonte: *Correio do Povo (RS)*.

Matérias Nacionais

Economista prevê inflação a 4,3% em 2012

O economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, afirmou apostar na convergência da meta de inflação em 2012 para 4,5%, como prevê o governo. Ele acredita ser possível que a taxa chegue até a 4,3%. A previsão do economista contraria expectativas do mercado, de que uma inflação de 5% seria "risco de cauda". Para ele, parte importante do mercado negligencia, de forma equivocada, o empenho do Banco Central para a convergência para o centro da meta.

Fonte: DCI

Fiesp e centrais pedem desoneração da folha e juro baixo

A desoneração da folha de pagamento e a redução dos juros uniram, em São Paulo, entidades patronais e trabalhistas em torno de uma agenda em comum de diálogo com o governo federal. Ao lado de dirigentes da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, anunciou a intenção das entidades de encaminhar nos próximos dias à presidente Dilma Rousseff um conjunto de propostas de longo prazo para o desenvolvimento da indústria nacional. O diagnóstico é de que a economia brasileira enfrenta uma perda de competitividade no mercado internacional que a tem levado a um cenário de desindustrialização. A intenção da iniciativa é de que seja aberto um diálogo permanente entre as entidades e o governo federal, nos moldes de uma câmara setorial da indústria. "A indústria está sofrendo um ataque de produtos importados. Devemos ter em 2011 um déficit na balança comercial de manufaturados perto de US\$ 100 bilhões. Isso compromete o emprego, a geração de riquezas e o desenvolvimento da indústria brasileira", disse o presidente da Fiesp. "É fundamental que haja, imediatamente, redução de juros, desoneração da folha de pagamento e outras medidas que possam compensar esse roubo de competitividade que estamos tendo com o real sobrevalorizado." As entidades reunidas estudam pedir a desoneração na folha de pagamento dos 20% da contribuição ao INSS, redução dividida em 2011 e 2012. No âmbito fiscal, elas discutem ainda uma alíquota interestadual entre 2% e 4% do ICMS para produtos importados e nacionais.

Fonte: O Estado de S.Paulo.

Exportação do Brasil depende mais da China

Cresce a dependência do Brasil em relação à China na exportação de produtos básicos. No primeiro quadrimestre deste ano o país asiático comprou 29,14% do total de básicos vendidos pelo Brasil ao exterior. A fatia representa um avanço em relação aos 26,3% no mesmo período do ano passado. A demanda por produtos como minério de ferro, soja e petróleo, combinada com a alta de preços desses itens, fez a China absorver US\$ 9,65 bilhões em produtos básicos brasileiros no acumulado de janeiro a abril. A compra dos chineses praticamente empata com os US\$ 9,68 bilhões em produtos básicos exportados no mesmo período aos Estados Unidos e a toda a União Europeia juntos. Enquanto a participação da China aumentou em quase três pontos percentuais, a fatia americana na exportação brasileira de básicos caiu de 8,07% no primeiro quadrimestre do ano passado para 6,24% para o mesmo período deste ano. A participação das compras dos países da zona do euro caiu de 23,8% para 23%. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento (MDIC).

Fonte: Valor Econômico.

Petrobras mantém prazo para PDVSA fazer aporte na refinaria Abreu e Lima

Paulo Roberto Costa voltou a afirmar que a estatal só vai esperar até agosto, a definição da venezuelana sobre a participação na refinaria de Abreu e Lima, que está em construção em Pernambuco. O executivo lembrou que a Petrobras pegou um empréstimo de R\$ 10 bilhões no BNDES e que o dinheiro dessa operação acaba em agosto. Costa lembrou que a PDVSA está com dificuldades de assumir os 40% que seriam de responsabilidade da companhia venezuelana no financiamento dado pelo BNDES. "O entendimento da Petrobras é de que, se chegar agosto e a PDVSA não tiver assumido [a participação no empréstimo], entenderemos que PDVSA não quer participar da refinaria", disse, lembrando que a estatal brasileira continuará a tocar a obra, mesmo que a parceria não se concretize. O diretor explicou que 35% das obras da refinaria já foram feitas. A expectativa da companhia é iniciar a operação da unidade em 2013, com o início do refino no primeiro trem, que terá capacidade de processar 65 mil barris/dia.

Fonte: Valor Econômico e a Agência Estado.

OCDE aconselha BC a aumentar juros para conter inflação no País

O Brasil deveria aumentar os juros para prevenir altas nas expectativas inflacionárias, recomendou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em um relatório sobre as previsões da economia mundial, divulgado nesta quarta-feira em Paris.

A organização afirma que os gastos maciços em infraestrutura no Brasil permitirão alimentar um crescimento interno sólido nos próximos anos. "Em razão disso, tensões inflacionárias poderão ocorrer em um contexto marcado por um mercado de trabalho aquecido e pela dissipação dos efeitos de valorização da moeda", diz o relatório "Perspectivas Econômicas da OCDE". A organização prevê que a inflação no Brasil será de 6,6% neste ano e de 5,1% em 2012.

O relatório afirma que o Banco Central brasileiro retomou a política de aperto monetário, ao adotar diversas medidas para limitar a expansão do crédito. "No entanto, novos aumentos nas taxas de juros são necessárias para prevenir qualquer desancoramento das expectativas de inflação."

Para ao OCDE, em 2011, a economia brasileira deverá crescer 4,1%, segundo a OCDE. Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá aumentar 4,5%. "O anúncio de que os cortes nos gastos públicos vão poupar programas sociais e de infraestrutura é bem-vindo. Mas ele teria maior credibilidade se fosse acompanhado de um plano a médio prazo de controle orçamentário que favoreceria o crescimento", afirma a entidade.

O estudo diz que "as economias emergentes devem prestar atenção aos riscos de aquecimento de suas economias, que agravam tensões inflacionárias".

No relatório, a organização afirma também que a retomada do crescimento mundial "está no caminho, mas permanece rodeada de incertezas".

Também segundo as previsões da OCDE, o PIB mundial deverá aumentar 4,2% neste ano e 4,6% em 2012. Nos Estados Unidos, o crescimento deverá ser de 2,6% em 2011 e de 3,1% no próximo ano. No Japão, a economia deverá encolher 0,9% em 2011 e registrar crescimento de 2,2% em 2012. Já o PIB chinês deverá aumentar 9% neste ano e 9,2% em 2012.

Fonte: AE / DCI

Alíquota única em importação é prioridade para São Paulo

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou ontem que a definição para alíquota de imposto cobrado na importação pelos estados deveria ser priorizada dentro da reforma tributária, para evitar um êxodo de empresas para fora do País. "O que mais nos preocupa hoje é a guerra fiscal de importados. Precisaria ter ação mais rápida", disse ele ao DCI, após participar do BIOSforum- Brasil: Investimentos em Oportunidades Sustentáveis, que continua hoje no Jockey Club em São Paulo.

De acordo com Alckmin, o que chama de "guerra fiscal dos importados" deve evitar que as empresas em busca de melhores condições tributárias migrem para outro país. "[A alteração é importante] ainda mais neste momento de câmbio ruim, que está difícil exportar e fácil importar", acrescentou ele, ao se referir ao prejuízo que o desequilíbrio da balança comercial brasileira traz à economia, principalmente à indústria nacional.

O secretário da Fazenda paulista, Andrea Calabi, já havia destacado a importância da implementação de uma alíquota na importação estadual. Segundo ele, há estados que concedem benefícios fiscais considerados inconstitucionais quando há entrada de produto importado em seus portos. O secretário cita o caso do programa Pro-emprego de Santa Catarina, cujo objetivo, segundo a Secretaria da Fazenda do estado catarinense, é a geração de emprego e renda no território por meio de tratamento tributário diferenciado do ICMS. Esse tratamento diferenciado envolve o diferimento para a etapa seguinte de circulação à da entrada no estabelecimento importador do ICMS devido por ocasião do desembarço aduaneiro, na importação realizada por intermédio de portos, aeroportos ou pontos de fronteira alfandegados. Para Calabi, o estado não favorece a geração de empregos em Santa Catarina e, sim, a abertura de vagas que países exportadores para o Brasil, como a China. "O Pro-emprego deveria se chamara Pro-emprego para a China", critica. Procurada, a Fazenda de Santa Catarina não se manifestou até o fechamento desta edição.

Para acabar com essa guerra fiscal, o secretário paulista acredita que a implementação de uma alíquota entre 2% a 4% na importação em todos os estados seria uma solução ideal, diferentemente do projeto de resolução 72/10, do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que prevê zerar a alíquota. "Entre 2% a 4% seria o ideal. Os governos podem controlar melhor se tiver incidência de imposto", entende Calabi.

Fundo

Os governadores presentes no BIOSforum e entrevistados pelo DCI acreditam que mudanças no Fundo de Participação dos Estados (FPE) também devem ser destacadas dentro da reforma tributária brasileira.

No começo do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de todo o artigo 2º da Lei Complementar 62/89, que define os critérios de rateio do FPE. Desta forma, terão que ser feitas mudanças até 31 de dezembro de 2012, quando os efeitos da norma atual devem ser extintos.

A previsão era de que em 1992 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgasse censo que reorientaria a distribuição, o que nunca foi feito, de modo que a norma continuasse a mesma depois de 19 anos.

Segundo o Supremo, a decisão foi provocada por quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizadas pelo Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Ontem, o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), destacou a importância da alteração do FPE. "Para se ter uma reforma tributária no Brasil, precisa se levar em consideração às disparidades regionais e a necessidade de se criar um fundo de equalização dessas diferenças. Criar um fundo de desenvolvimento regional que possibilite gerar recursos para investimento e financiamento a fim dos estados, que hoje dependem de políticas fiscais mais agressivas, possam ter alternativas depois de realizada essa reforma. Ou seja, a criação de um fundo que colabore para estados menos desenvolvidos ou emergentes, como Goiás", afirmou. "A bancada de Goiás é consciente do papel da reforma tributária para o País e para o estado. Dependemos de política tributária que dê maior comparado a outros entes brasileiros", acrescentou.

"Nós do Estado de São Paulo, sugerimos que a reforma seja discutida em conjunto o ICMS e o FPE", apontou o governador paulista, sem dar maiores detalhes.

Desoneração

Alckmin também destacou a proposta de desoneração da folha de pagamento como fundamental mudança no sistema tributária. "Somos favoráveis há uma redução gradual da contribuição sobre folha de salários. Isso estimula que o empregador contrate mais gente, possa registrar todos seus funcionários, além de permitir que pagar salários melhores."

Fonte: DCI

Portaria eleva taxa para uso do Siscomex nas importações

Uma portaria do Ministério da Fazenda deve garantir à Receita Federal uma arrecadação maior no desembarque de mercadorias importadas. A medida também cria custo adicional para os importadores, principalmente para setores com cadeias de produção mais complexas, que importam grande diversidade de partes e peças, como o automotivo e o eletroeletrônico.

A Portaria nº 257, assinada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, eleva a taxa para registro da Declaração de Importação (DI) no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) de R\$ 30 para R\$ 185. A declaração é gerada em todo desembarque de mercadorias. A alteração, porém, não se restringiu à taxa pra a DI. A declaração elenca cada um dos produtos desembarcados pelo importador de acordo com código de classificação. Cada classificação significa uma adição na declaração. O valor da adição, que antes era de R\$ 10, passou para R\$ 29,50. A portaria entrou em vigor ontem, quando foi publicada no "Diário Oficial da União".

Com a alteração, deve aumentar a arrecadação da Receita com o registro de DIs. Estima-se que no ano passado houve emissão de DIs superior a 2,3 milhões. Se o novo valor já estivesse em vigor, a Receita Federal teria recolhido R\$ 425,5 milhões com os registros das declarações. O valor antigo rendeu algo em torno de R\$ 69 milhões.

"Isso levando em consideração apenas as DIs. É preciso lembrar que a Receita também aumentará a arrecadação com as adições nas declarações", diz José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "Essa medida elevará de forma considerável o custo dos importadores."

Castro lembra que os setores mais atingidos serão os que importam uma diversidade grande de produtos por desembarque, que geram várias adições numa DI, como os segmentos de telecomunicações, automotivo e o eletroeletrônico. Esses segmentos importam muitos insumos, com várias partes e peças, o que resulta centenas de adições nas declarações.

Carol Monteiro de Carvalho, sócia do Bichara, Barata, Costa & Rocha Advogados, acredita que a medida tenta atualizar os valores cobrados no registro das declarações de importações. "É natural que as empresas com maior número de itens importados paguem valor maior porque

elas estão utilizando mais o serviço." Ela lembra que a taxa cobrada deve ser proporcional ao serviço usado e que há previsão de que a exigência possa ser atualizada anualmente.

Castro explica que a cobrança da taxa existe desde 1999. "A justificativa era reaparelhar a Receita. Não houve elevação das taxas em todo esse período, mas esse reajuste ultrapassa a inflação acumulada no período. É uma medida que parece ter caráter arrecadatório, para aproveitar o ritmo vigoroso de importações", diz Castro. Ele lembra, porém, que a legislação permite que haja reajuste "conforme a variação dos custos de operação e dos investimentos no Siscomex". "É preciso lembrar, porém, que há uma grande necessidade de evolução do sistema também na parte relacionada às exportações."

Fonte: Valor Econômico

Indústrias apresentam menos projetos ao BNDES

As consultas ao BNDES no primeiro trimestre apontam quadro não tão animador para o investimento no resto de 2011. Em valor, elas caíram 14,4% em relação a igual período de 2010, com tobo na agropecuária, indústria e infraestrutura. O chefe da área de pesquisa econômica do BNDES, Fernando Puga, relativiza a queda. Para ele, a demanda pelo Programa de Sustentação do Investimento inflou o resultado de 2010 em setores como material de transporte e transporte rodoviário. Puga espera alta de 2,3% para o investimento no trimestre e de 8% para o ano, o dobro dos cerca de 4% estimados para o Produto Interno Bruto (PIB). Os aportes, diz, vão bem nas áreas de infraestrutura: energia elétrica, petróleo, papel e celulose e segmentos que fabricam máquinas para esses setores. "É reducionista dizer que só há investimento forte em commodities." A maioria das consultorias espera expansão do investimento superior à do consumo das famílias em 2011.

Fonte: Valor Econômico.

Indústria e sindicatos unem pauta para obter desoneração

O fim da tributação da folha de salários, uma das cinco prioridades do governo federal na proposta de reforma tributária que deverá ser encaminhada em breve ao Congresso Nacional, poderá ser viabilizado com a substituição das atuais contribuições previdenciárias cobradas de empregados e empregadores por um aumento na alíquota do PIS/Cofins, que passaria de 9,25% para 9,65% sobre o faturamento das empresas. Esta é a saída que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) discute "em sintonia" com o Ministério da Fazenda, segundo o diretor do Departamento de Comércio Exterior da entidade, Roberto Gianetti da Fonseca. "A ampliação do PIS/Cofins resultaria em uma redistribuição para todos os setores da economia do tributo que hoje recai exclusivamente e de forma injusta sobre a atividade produtiva", enfatizou o diretor da Fiesp durante palestra na última sexta-feira, no seminário "Reforma Tributária: em busca de um Brasil melhor e mais justo", promovido pelo Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Sinafresp). De acordo com ele, a alta "insignificante" de 0,4 ponto percentual no Programa de Integração Social (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) garantiria a reposição dos R\$ 20 bilhões de receita federal anual que deixariam de ser arrecadados com a desoneração dos salários no Brasil.

Fonte: DCI.

Matérias Internacionais

Petroquímica tem grandes expectativas com *shale gas*

Depois de alterar as perspectivas do setor energético dos Estados Unidos, o *shale gas* (gás de xisto) começa a influenciar a indústria petroquímica mundial. Isso pode ser visto com a intenção da brasileira Braskem, de construir uma nova fábrica nos EUA, a partir do gás natural. Os estudos da companhia surgem em um contexto de retomada de capacidade de instalações fechadas e novos investimentos, processo que está diretamente relacionado aos atuais baixíssimos preços do insumo no mercado americano. Esse tema adquiriu relevância na indústria energética dos Estados Unidos nos últimos anos após o desenvolvimento de novas técnicas de exploração, que tornaram economicamente viável a produção desse gás não convencional. Como a exploração das reservas de *shale gas* está apenas começando, não há

a expectativa de que as cotações do Henry Hub subam no horizonte de curto prazo. Justamente esse quadro favorável de preços tem estimulado a retomada da petroquímica nos EUA. Ao final de abril, a Dow Chemical anunciou o plano de ampliar a produção de etileno e polipropileno, usando como matéria-prima o *shale gas* produzido nas bacias de Eagle Ford e Marcellus. Em comunicado divulgado ao mercado, a companhia argumentou que o uso do gás não convencional torna a produção dos petroquímicos, muito mais competitiva. Outra empresa que estuda um cracker de etano, a partir do *shale gas* é a americana Chevron Phillips Chemical. Por contar com grandes volumes de gás a baixo custo, o Oriente Médio ganhou destaque nos planos de expansão do mercado nos últimos anos. Com o *shale gas*, isso pode mudar, levando em conta que o dólar desvalorizado torna as exportações americanas mais competitivas. Outra vantagem é que as reservas de *shale gas* estão localizadas nos principais centros urbanos dos Estados Unidos, que dispõem de uma robusta (e amortizada) malha de gasodutos, barateando os custos de transporte. A grande expectativa criada pelas petroquímicas americanas, em torno do *shale gas*, comprova a tendência de as novas capacidades se basearem no gás natural. Em razão da alta do preço do petróleo, os projetos petroquímicos baseados na nafta estão menos competitivos que as rotas a gás, o que justifica a expansão do setor no Oriente Médio. É nesse contexto que a Braskem e a Petrobras optaram por modificar a concepção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), substituindo o petróleo pelo gás natural, na produção dos insumos petroquímicos. *Informou a Agência Estado.*

Novos projetos petroquímicos continuam sendo implementados nos EUA

A Westlake anunciou um programa de expansão, que inclui o aumento de capacidade da planta de eteno base eteno de gás natural em Lake Charles, Louisiana, nos EUA, e a avaliação das opções de expansão para as plantas de produção em Calvert City, Kentucky, também nos EUA. A expansão do cracker de eteno da Westlake na sua primeira fase irá aumentar a capacidade, já até o final de 2012. Isto demonstra que os projetos de extração e produção de etano do gás natural do shale gas estão rápidos na sua implementação. E os americanos têm os hubs para distribuição quase todos prontos. De acordo com o Albert Chao, Presidente e CEO da Westlake Chemical, de expansão da empresa, o programa é principalmente para reduzir suprimento externo de eteno para a sua produção de PVC, por exemplo.

Fonte: MaxiQuim,

Demanda na Ásia atrai Braskem

Maior petroquímica das Américas, agora, a Braskem mira a Ásia. Na semana passada, abriu um escritório em Cingapura – o continente já responde, hoje, por mais de 50% do setor de petroquímicos mundial. Com seu peso também, a região influencia – e bem – os preços. Em determinadas ocasiões, os preços na Ásia são diferentes dos do Ocidente, “melhores até pela demanda muito forte”, explica Manoel Carnaúba, vice-presidente de Petroquímicos Básicos da companhia, que hoje já concentra na Coréia, China, Taiwan e Indonésia, a maior parte de suas exportações. Apesar de ter iniciado apenas em janeiro suas operações por lá, a Braskem vê “receptividade” na região. O escritório, por exemplo, já fechou operações e recebeu consultas de clientes de países asiáticos. Mas o mercado nacional também merece atenção. É classificado, inclusive, como “muito forte” pela companhia. O executivo calcula em pouco mais de 6% a alta nos negócios no ano em comparação com 2010. Isso apesar da volatilidade do mercado com o aumento no preço do barril de petróleo causado pelos temores da crise na Líbia. Com unidades nos EUA, Holanda, Chile, Venezuela e Colômbia, a Braskem é uma das principais empresas exportadoras do Brasil. A receita com vendas externas em 2010 foi de US\$ 4,2 bilhões, 56% superior a 2009. No RS, o maior projeto em andamento é o de butadieno, cuja construção já começou e deverá estar pronto no segundo semestre de 2012. Investimento de US\$ 150 milhões, Carnaúba prevê “sucesso grande para o produto, já que a demanda está alta” no segmento.

Fonte: Zero Hora.



Agenda

Curso Mobiliários Adaptados em PVC

O Instituto Superior de Administração e Economia (ISAE/FGV) em Curitiba promove curso para o desenvolvimento de mobiliários adaptados em PVC para crianças com disfunções neuromotoras nos dias 28 e 29 de maio. O curso tem o objetivo de propiciar a inclusão de pessoas com deficiência e seus familiares no mercado de trabalho, por meio do cooperativismo, promovendo a geração de emprego e renda, proporcionar a multiplicação de conhecimentos técnicos em mobiliário adaptado, visando a capacitação de agentes multiplicadores na cidade de Curitiba e confeccionar equipamentos em PVC com baixo custo para crianças com disfunção neuromotora. Informações pelo telefone: (41) 3388-7837 ou edivaldo.junior@isaebrasil.com.br.

Sinproquim debate as atualizações na legislação para transporte de produtos químicos

O Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para Fins Industriais e da Petroquímica no Estado de São Paulo (Sinproquim) promoverá, na manhã do dia 7 de junho, um debate sobre as atualizações na legislação e normas técnicas vigentes no país para o transporte terrestre e homologação de embalagens de produtos químicos e resíduos perigosos. O objetivo do evento é orientar e tirar dúvidas dos representantes das indústrias com os especialistas Glória Benazzi (engenheira química e consultora da Sinproquim) e Ariosvaldo Francisco Paes (da Slotter Indústria de Embalagens). “A intenção é evitar sanções e melhorar o entendimento do setor sobre normas e legislações que regem este tipo de transporte”, afirma o Nelson Pereira dos Reis, presidente da entidade. O evento ocorre das 8h30 às 13h do dia 7 de junho. O investimento para participar do evento é de R\$ 50 para associados do Sinproquim e R\$ 100 para não-associados. O evento ocorre na sede do sindicato, na Rua Rodrigo Cláudio, 185 (São Paulo). As inscrições estão abertas até o dia 1º de junho. A confirmação deve ser feita pelo e-mail eventos@sinproquim.org.br ou pelo telefone (11) 3287-0455.

ABIEF organiza Flex 2011 - 2º Fórum Latino-Americano de Embalagens Plásticas Flexíveis

A ABIEF realiza no dia 8 de junho a 2ª edição do Flex – Fórum Latino-Americano de Embalagens Plásticas Flexíveis. O evento acontecerá em paralelo à Fispal Tecnologia, maior e mais importante feira de processos, embalagem e logística para as indústrias de alimentos e bebidas da América Latina. O tema central desta edição será “Pensando o negócio de embalagem a partir das novas forças dos mercados nacional e internacional: contract packaging, logística e rastreabilidade, marcas exclusivas, políticas governamentais e reciclagem energética”. Entre os palestrantes confirmados estão Marcelo Spohr, da área de Inteligência Tecnológica da Braskem com o tema “Reciclagem via recuperação energética: panorama internacional e a situação no Brasil” e Patrick M. Farrey, Executivo da CPA (Contract Packaging Association) dos EUA com o tema “Contract packaging, as razões para uma prática de sucesso. Um modelo de negócios inspirador para a indústria de flexíveis”. A programação oficial pode ser encontrada no site da ABIEF (www.abief.com.br). O evento acontecerá no Hotel Holiday Inn Parque Anhembi, em São Paulo, das 8h30 às 17h do dia 8 de junho.



WBC COMUNICAÇÃO
Fone/Fax: 41 32470569 - Celulares: 41 91667616 - 41 91326135
E-mail: wbc@sulbbs.com.br